



Reunião entre a Federação e o Ministério da Educação, Inovação e Ciência sobre os Trabalhadores Não Docentes

Federação insiste: É preciso valorizar TODOS OS TRABALHADORES NÃO DOCENTES !

No passado dia 3 de Julho 2024, fomos recebidos pelo Ministério da Educação, Inovação e Ciência, abordando temas relativos à Escola Pública e aos Trabalhadores Não Docentes das Escolas da Rede Pública (Assistentes Operacionais, Assistentes Técnicos, Técnicos Especializados, Técnicos Superiores).

Fomos recebidos pelo Secretário de Estado da Educação, Inovação e Ciência, e sua equipa:

Portaria de Rácios: A Federação expôs a necessidade de ser revista a "portaria de rácios", por forma a dar resposta à contratação de mais Trabalhadores Não Docentes das diferentes áreas da Escola Pública. O Secretário de Estado concordou, não especificando medias, mas referindo que vai realizar (sem prazo) nova portaria de rácios.

O Ministério da Educação referiu que, apesar do Trabalho a ser realizado, ainda não sabe qual o número total de Trabalhadores Não Docentes existentes nas diferentes Escolas da Rede Pública do País nas diferentes carreiras

Precariedade Laboral: A Federação referiu a existência de um aumento de precariedade laboral, que aumentou e muito desde o processo de municipalização, com um ressurgimento de trabalhadores contratados a "recibo verde", contratos a prazo, contratos de emprego e inserção (trabalhadores no desemprego).

Referiu o problema crónico da precariedade laboral dos Técnicos Especializados, trabalhadores fundamentais para as Escolas

Relativamente aos **Técnicos Especializados de várias áreas funcionais**, contratados a prazo (alguns há 12 anos, exemplo dado pelo Secretário de Estado) foi afirmado que havia intenção de:

- Prorrogar os contratos existentes, sem olhar à especificidade de cada caso, (mas não referiram a data para esse ato), teremos que continuar a luta!

- Abrir concursos públicos tipo "PREVPAP" (entre muitas aspas, segundo o Secretário de Estado) para vincular os atuais trabalhadores que são para funções permanente, (não referiram a data de abertura). Esperemos que não sejam só intenções!

- Abrir concursos tipo termo incerto para Técnicos Especializados, para as Escolas áreas com Projetos específicos. Esses concursos durarão o tempo desses projetos, (não referiram a data de possível abertura). **Trata-se de uma má solução que prolonga a precariedade.**

Técnicos Superiores: A Federação referiu relativamente a estes Trabalhadores que:

- É necessário iniciativa legislativa - legislação específica - para os Técnicos Superiores das Escolas da Rede Pública - para permitir a consolidação das mobilidades geográficas dos trabalhadores atualmente em mobilidade e que esta consolidação deve ocorrer antes da abertura do procedimento concursal, que terá como objectivo regularizar o vínculo dos TEE, só desta forma é que não ficarão vagas por ocupar. Secretário de Estado tomou nota desta sugestão da FNSTFPS.

Foi explicado que aquando do momento da consolidação das mobilidades, os trabalhadores têm como regra, a consolidação recusada, medida injusta e absurda que o Governo deve rever por via legislativa. **O Ministério ficou a pensar na matéria mas nada garantiu.**

Enquanto não se verificar a consolidação apelamos que seja autorizada a prorrogação da mobilidade.

- Foi referida a necessidade de um **modelo de aproximação à residência**, por forma a permitir que estes trabalhadores tenham direito à sua vida familiar.

- Foi referida a necessidade de valorização salarial dos Técnicos Superiores em funções nas Escolas da Rede Pública assim como a criação de um regulamento de horário de trabalho direto com os alunos e tempo para preparar o trabalho

Escola Inclusiva: Foram dados os exemplos dos abusos cometidos sobre os trabalhadores Assistentes Operacionais com funções de Auxiliar de Ação Educativa, no âmbito de serem exigidas ilegalmente tarefas de profissional de saúde.

Exemplos concretos de exigências junto dos Trabalhadores Não Docentes de realizações de algaliações, alimentação por sonda, dar injetáveis, outro tipo de situações graves que estão a ser exigidas aos Assistentes Operacionais com funções de Auxiliar de Ação Educativa, com risco para a criança/jovem e para os trabalhadores que os executam e que são a negação do que deveria ser a Escola Inclusiva.

Defendemos que estes atos devem ser realizados por profissionais de saúde.

O Secretário de Estado concorda e refere que está a tentar junto do restante Governo, que existam profissionais de saúde nas Escolas.

Veremos se essa iniciativa avança ou se é só uma concordância em teoria.

Carreiras Especiais:

Defendemos que os Trabalhadores Não Docentes, no caso dos **Assistentes Técnicos e Assistentes Operacionais devem ter Carreiras Especiais**, por forma que sejam valorizados salarialmente, terem conteúdos funcionais específicos e formação Profissional específica.

O Governo refere que essa medida não está no Programa do Governo, não estando aberto para essa criação.

Terá de ser a luta dos Trabalhadores Não Docentes a abrir portas para essa valorização.

Formação Profissional: independentemente da nossa posição sobre a Municipalização (contra esse processo) defendemos que o Ministério da Educação deveria enviar pacotes de formação profissional para as Autarquias aplicarem aos trabalhadores Não Docentes Assistentes Operacionais e Assistentes Técnicos. Assim existiria uma uniformização dessa formação.

O cenário atual é que não pode suceder: Cada autarquia faz o que lhe apetece e algumas nada fazem.

Os Abusos da Municipalização: Foram dados exemplos de diferentes abusos de autarquias que usam e abusam dos Trabalhadores Não Docentes, colocando-os fora das Escolas, realizando tarefas que nada têm a ver com a Escola Pública. Exemplos que grassam também de colocação de Trabalhadores Não Docentes, no tempo não letivo sob gestão de IPSS e outras entidades, num ato abusivo, contra o qual os Trabalhadores Não Docentes se têm estado a revoltar.

O Ministério referiu que quer continuar o diálogo.

A Federação entregou o Caderno Reivindicativo do Setor ao Ministério.

A Federação informou que os Trabalhadores Não Docentes vão continuar a sua luta pela sua valorização e dignidade!

Sindicaliza-te!

JUNTOS SOMOS MAIS FORTES!



fpsnacional.pt

